

HABEAS CORPUS Nº 541.841 - PR (2019/0319887-1)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : ANTONIO MARCOS DE AGUIAR
ADVOGADO : ANTÔNIO MARCOS DE AGUIAR - PR054939
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : SANDRO MARCIANO BRESSAN (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de SANDRO MARCIANO BRESSAN contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que denegou a ordem no HC n. 0032330-68.2019.8.16.0000.

Depreende-se dos autos que o paciente encontra-se preso, preventivamente, nos autos da ação penal em que foi denunciado pela prática, em tese, "*dos delitos tipificados nos artigos 288, 299, parágrafo único, cumulado com o artigo 29, caput, e 304 cumulado com 297, todos do Código Penal*" (e-STJ fls. 84/85).

Irresignada a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem visada no *mandamus*.

Sustenta o impetrante que o paciente estaria preso preventivamente desde 22/5/2019 sem que tenha sido sequer interrogado, a ponto de restar configurado o excesso de prazo na formação da culpa.

Aduz a ausência de fundamentação apta a justificar a segregação cautelar imposta, reputando não atendidos os requisitos autorizadores da medida extrema, insculpidos no art. 312 do CPP.

Destaca que não teria sido demonstrado, concretamente, como a liberdade do réu poderia oferecer risco à ordem pública, ao bom andamento da instrução criminal ou à futura aplicação da lei penal.

Realça as condições pessoais favoráveis do paciente, que seria primário, de bons antecedentes e com ocupação lícita, predicados que lhe garantiriam o direito de responder à ação penal em liberdade.

Afirma que a prisão preventiva é medida a ser adotada excepcionalmente, destacando que, na hipótese dos autos, seria possível a aplicação subsidiária de providências cautelares menos gravosas previstas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja revogada a prisão preventiva do paciente, ainda que mediante a incidência de providências cautelares alternativas, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

Alternativamente, postula pela substituição do cárcere por recolhimento domiciliar com monitoramento eletrônico.

A liminar foi indeferida.

Solicitadas informações, essas foram devidamente prestadas.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ fls. 142-150).

É o relatório.

Cumpre pontuar, inicialmente, que esta Corte Superior de Justiça não mais

admite a utilização do *habeas corpus* em substituição ao recurso cabível, como ocorre na hipótese, circunstância que impede o seu formal conhecimento.

No entanto, o alegado constrangimento ilegal será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

Compulsando os autos, constata-se que o paciente foi preso preventivamente e denunciado pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 288, 299, 304, c/c o art. 297, todos do Código Penal .

Quanto aos fatos, narra a exordial acusatória:

[...] Em data e horário não precisados nos autos, mas certamente que a partir do mês de outubro de 2014, em lugar também não determinado, porém certo que dentro dos limites territoriais da Comarca de Toledo/PR, os denunciados ALBERTO LUIS JORIS, SANDRO MARCIANO BRESSAN, MÁRCIO LUIZ BRESSAN, FRANCISCO ANTÔNIO JERÔNIMO DOS SANTOS, conhecido como “Chiquinho” e a denunciada NÍDIA MÁRCIA BRESSAN JORIS, previamente ajustados, com unidade de desígnios e divisão de tarefas, dolosamente, associaram-se de forma permanente e estável, para o fim específico de cometer crimes de uso de documento público falso, falsidade ideológica, obtenção de financiamento fraudulento, estelionato, e outras fraudes que ainda serão esclarecidas, mediante, dentre outras ações, a abertura de empresas, contas em bancos e emissão de cheque sem provisão de fundos, com o uso de documentos falsos.

Consta que, a partir de certidões de nascimento falsas, trazidas pelos demais denunciados, o denunciado FRANCISCO inseria declarações falsas no sistema da Administração Pública e, com isso, emitia identidades fraudulentamente, as quais eram utilizadas pelos demais denunciados para cometer diversas fraudes.

A permanência e a estabilidade da associação para a prática de crimes se verifica a teor do disposto no laudo de verificação de aparelho celular (fls. 585-591 – mov. 4.54), onde demonstra-se que ALBERTO e MÁRCIO realizam transações bancárias em contas diversas, bem como mencionaram o denunciado FRANCISCO, conhecido como “Chiquinho” e outra pessoa não identificada, mas denominado “Dizinho”, como integrantes da associação (fl. 592-595 – mov. 4.55).

Consta, ainda, que em momento anterior ao registro da digital para cadastro nos documentos de identificação fraudulentos, os denunciados lixavam os dedos das mãos para, com isso, evitar que fosse registrada a verdadeira digital (fl. 597).

Ainda, conforme imagens de fls. 603/604, há menção a mais uma pessoa, não identificada, denominada “Renato, de Cascavel”, a qual cobra R\$ 500,00 (quinhentos reais) para reconhecer firma retroativa ao ano de 2010 (por assinatura).

Consta, também, nas fls. 611-614, um grupo de Whatsapp para tratar dos crimes de falsificação/adulteração de documentos, com

um contato do estado do Rio de Janeiro.

[...] FATO 12 (art. 304 c/c art. 297, ambos do Código Penal):

No dia 08 de outubro de 2014, em horário indeterminado, no Posto de Identificação do Estado do Paraná, situado no Município de Rancho Alegre do Oeste, na Comarca de Goioerê/PR, o denunciado SANDRO MARCIANO BRESSAN, de forma consciente e voluntária, fez uso de Certidão de Nascimento supostamente registrada sob o termo 1.269, Livro A-04, fls. 021, no Cartório Distrital de Jesuítas/PR, falsificada, apresentando-a para FRANCISCO ANTÔNIO JERÔNIMO DOS SANTOS, servidor do Instituto de Identificação do Paraná para obter nova Carteira de Identidade com Protocolo 367-14-00165 (cf. fls. 628-633 – mov. 4.58).

FATO 13 (artigos 299, parágrafo único, c/c 29, caput, do Código Penal):

Nas mesmas circunstâncias de tempo e de lugar do fato anterior, o denunciado SANDRO MARCIANO BRESSAN, de forma consciente e voluntária, em concurso de agentes com o funcionário público FRANCISCO ANTÔNIO JERÔNIMO DOS SANTOS, um aderindo à conduta delituosa do outro, com a finalidade de alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante, fez inserir em documento público.

Verifica-se que o Juízo primevo decretou prisão preventiva do paciente em 22/5/2019, notadamente a bem da ordem pública, dada a gravidade concreta das condutas perpetradas, notadamente diante da abertura de inúmeras pessoas jurídicas com emprego de documentos públicos falsos (e-STJ fl. 72).

Inconformada, a defesa ingressou com *habeas corpus* perante o Tribunal local, que, por sua vez, considerando suficiente e fundamentada a decisão de primeiro grau, denegou a ordem, mantendo a prisão preventiva do paciente, sobretudo como forma de acautelar a ordem pública, fragilizada diante da gravidade concreta da infração, salientando que este *apresentou certidão de nascimento supostamente falsa junto ao posto de identificação de Rancho Alegre do Oeste-PR, obtendo registro de identidade civil também falso, que tem sido utilizado para abertura de empresas, assim como para celebração de negócios jurídicos* (e-STJ fl. 86).

Delineado o panorama fático probatório, quanto aos fundamentos autorizadores da constrição processual, imperioso reconhecer que não há constrangimento ilegal a ser sanado, porquanto a custódia cautelar se encontra devidamente justificada na espécie, à luz do art. 312 do CPP, mostrando-se necessária para a preservação, especialmente, da ordem pública, fragilizada diante das circunstâncias adjacentes ao evento criminoso denunciado.

Como orienta a doutrina, a prisão preventiva pode ser ordenada "*para fins externos à instrumentalidade, associada à proteção imediata, não do processo em curso, mas do conjunto de pessoas que se há de entender como sociedade. [...] A modalidade de prisão, para cumprimento desta última finalidade, seria a prisão para garantia da ordem pública, "quando se tutelar, não o processo, mas o risco de novas lesões ou reiteração criminosa"*, deduzidos, a princípio, da natureza e gravidade do crime

cometido e da personalidade do agente (Comentários ao código de processo penal e sua jurisprudência, *Eugênio Pacelli de Oliveira e Douglas Fischer*, 4ª ed., São Paulo: Atlas, 2012).

De fato, a necessidade de manutenção da prisão preventiva se encontra justificada para evitar a reiteração delitiva, na espécie, e é realmente necessária para preservar a ordem pública e, conseqüentemente, acautelar o meio social.

Patenteada, no caso, a potencialidade lesiva da infração e a periculosidade social do acusado. Ou seja, bem demonstrado o *periculum libertatis* exigido para a ordenação e a preservação da prisão cautelar.

Não se trata de presumir a periculosidade do agente, ou mesmo a probabilidade da prática de novas infrações, a partir de meras ilações ou conjecturas desprovidas de base empírica concreta, mas de avaliar a periculosidade exigida para a imposição da medida cautelar constitutiva pelas circunstâncias que cercaram o delito, associadas à reiteração delitiva.

Excluir essa avaliação do julgador, ou mesmo entender que a descrição da forma como ocorreu o crime seria apenas uma tradução da conduta intrínseca ao tipo penal violado, como já assinalou o Supremo Tribunal Federal, não se mostra consentâneo com a cautelaridade do instituto da prisão preventiva.

Com efeito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é pacífica em que: *"O entendimento de que o fato criminoso em si não pode ser valorado para decretação ou manutenção da prisão cautelar não é consentâneo com o próprio instituto da prisão preventiva, já que a imposição desta tem por pressuposto a presença de prova da materialidade do crime e de indícios de autoria. Se as circunstâncias concretas da prática do crime revelam a periculosidade do agente e o risco de reiteração delitiva e, por conseguinte, à ordem pública, justificada está a decretação ou a manutenção da prisão cautelar, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria"* (RHC 106.697, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 03/04/2012, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-093 DIVULG 11-05-2012 PUBLIC 14-05-2012).

A propósito (grifos acrescidos):

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. FALSIDADE IDEOLÓGICA, CORRUPÇÃO ATIVA E LAVAGEM DE DINHEIRO. FUNDAMENTAÇÃO. PERICULOSIDADE SOCIAL. RISCO DE REITERAÇÃO (PACIENTE RESPONDE A DIVERSAS AÇÕES PENAIIS). PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE PRISÃO DOMICILIAR. PREJUDICADO. FLEXIBILIZAÇÃO DAS REGRAS DA PRISÃO DOMICILIAR. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. Para a decretação da prisão preventiva é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime

e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, ainda, que a decisão esteja pautada em lastro probatório que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.

3. Na espécie, a medida extrema foi mantida pelo Tribunal estadual em razão da periculosidade do paciente, evidenciada pelo efetivo risco de voltar a cometer as mesmas práticas ilícitas, porquanto responde a diversos processos (foram relacionadas sete ações penais) por crimes como falsidade ideológica, falsificação de documento público, adulteração de sinal de veículo automotor, falsificação de selo ou sinal público, estelionato, dispensa ou inexigibilidade de licitação, além de responder a mais uma outra ação penal por crime grave - roubo majorado. Prisão preventiva mantida para a garantia da ordem pública. Precedentes.

4. O pleito subsidiário (deferimento da prisão domiciliar em razão da ausência de uma Sala de Estado Maior) está prejudicado, uma vez que o paciente, advogado, já se encontra em prisão domiciliar. 5.

Quanto à flexibilização das regras da prisão domiciliar, o pedido não foi previamente submetido ao crivo do Tribunal estadual, o que inviabiliza a análise direta por esta Corte, por configurar indevida supressão de instância. Precedente.

6. Habeas corpus não conhecido.

(HC 454.277/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 18/10/2018, DJe 26/10/2018)

Registre-se ainda que, consoante orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, as alegadas condições pessoais favoráveis, mesmo que comprovadas, não têm o condão de desconstituir a prisão preventiva, quando há nos autos elementos hábeis que autorizam a manutenção da medida extrema, tal qual ocorre nesta demanda.

Nesse sentido (grifos acrescidos):

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. CUSTÓDIA PREVENTIVA. NEGATIVA DE AUTORIA. ANÁLISE FÁTICO-PROBATÓRIA. PRISÃO EM FLAGRANTE. AUSÊNCIA DO ESTADO FLAGRANCIAL. IRREGULARIDADE SUPERADA PELA DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.

[...]

5. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça - STJ que as condições favoráveis do recorrente, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente

fundamentada.

6. Recurso ordinário parcialmente conhecido e, nessa extensão, desprovido.

(RHC 98.538/CE, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 04/02/2019)

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS (ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL). SEGREGAÇÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ARGUMENTOS CONCRETOS. QUANTIDADE E VARIEDADE DE DROGAS. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. INSUFICIÊNCIA. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

[...]

3. A existência de condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema.

[...]

5. Recurso ordinário desprovido.

(RHC 101.548/SC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 19/12/2018)

Ainda, concluindo-se pela imprescindibilidade da preventiva, fica clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, pois, além de haver motivação apta a justificar a custódia **dada a periculosidade social do agente**, a sua aplicação não se mostraria adequada e suficiente para o acautelamento da ordem pública, diante da presença do *periculum libertatis*, bem demonstrado na espécie.

Como reiteradamente vem decidindo esta Corte Superior: "*Mostra-se indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, quando evidenciada a sua insuficiência para acautelar a ordem pública*" (RHC 100.211/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 23/08/2018, DJe 29/08/2018).

Por fim, a alegação de excesso de prazo na formação da culpa não pode ser analisada por esta Corte, porquanto não apreciada pelo Tribunal de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

Ante o exposto, por se afigurar manifestamente inadmissível, com fundamento no art. 34, XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal, **não se conhece** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Após ciência do Ministério Público Federal, arquivem-se os autos.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JORGE MUSSI

Relator